

REQUERIMENTO Nº 20 16
(Deputados Valtenir Pereira e Newton Cardoso Jr.)

Solicita a realização de Audiência Pública para debater os impactos causados pelo rompimento da barragem de Mariana (MG) nas comunidades indígenas banhadas pelas águas do Rio Doce.

Senhora Presidente,

Requeremos à Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), a realização de Audiência Pública para debater os impactos causados pelo rompimento da barragem de Mariana (MG) nas comunidades indígenas banhadas pelas águas do Rio Doce.

Para debater o tema, sugerimos a presença de representantes das seguintes instituições:

- 1. Mineradora Samarco;**
- 2. Ministério Público Federal;**
- 3. Comunidade Indígena Krenak (Contato Douglas Klenak - 33-99938-8583);**
- 4. Ministério da Saúde.**

JUSTIFICATIVA

Em novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem de Fundão que continha os rejeitos provenientes da extração de minério de ferro da Mineradora Samarco, quando uma grande quantidade de lama deixou um rastro de destruição.

Além dos prejuízos materiais, com desaparecimento de localidades inteiras, como o subdistrito de Bento Rodrigues, localizado a 35 km da cidade de Mariana/MG, vidas foram ceifadas e o meio ambiente foi fortemente impactado negativamente.

O rompimento ocorrido já é considerado o maior desastre socioambiental do mundo, envolvendo barragens. A lama, carregada de rejeitos, atingiu a bacia hidrográfica do Rio Doce, que abrange 230 municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O empreendimento é controlado pela Samarco Mineração S.A., em parceria com a Vale S.A. e a BHP Billiton.

Apesar de negada a toxicidade pela Samarco, análises preliminares da lama demonstram haver grande concentração de metais pesados (arsênio, chumbo e mercúrio), em quantidades bastante superiores ao nível aceitável para o organismo vivos, em especial o homem e a fauna aquática. Os compostos químicos derivados dos produtos usados pela empresa para remover as impurezas dos minérios, também presentes na lama, podem provocar a elevação dos níveis de pH da água e do solo, com forte e deletério impacto no meio ambiente.

O endurecimento da lama nos leitos dos rios reduziu drasticamente os níveis de oxigênio, causando a mortandade dos organismos aquáticos, em especial, dos peixes, fonte de subsistência da população ribeirinha, dentre eles os povos indígenas, em especial, a comunidade Krenak.

Diante do desastre socioambiental, o Ministério Público Federal (MPF), através da Procuradoria local, juntamente com o IBAMA tem estabelecido indenizações e multas para a empresa.

O IBAMA, segundo notícias, estipulou à época do evento, a multa máxima permitida pela legislação brasileira, cerca de 250 milhões de reais. Por sua vez, o MPF, via acordo com a Samarco, fixou o pagamento de uma caução socioambiental da ordem de R\$ 1 bilhão. Todavia, no corrente ano, novo acordo majorou o valor para R\$ 4,4 bilhões.

Em princípio, tanto a multa aplicada quanto o valor do acordo parecem ser bastante modestos, quando se compara com o desastre ambiental ocorrido em 2010 no Golfo do México, que matou 12 pessoas, onde a empresa britânica British Petroleum teve que pagar, à título de danos, cerca de U\$ 42,2 bilhões de dólares, acrescido de uma multa de U\$ 18,7 bilhões de dólares.

Ocorre que, segundo notícias da Comunidade Indígena Klenak, o dinheiro tem sido utilizado, basicamente para reparar prejuízos materiais sofridos pelas pessoas das localidades afetadas, bem como para promover melhorias na rede de esgoto das cidades que fazem parte da bacia do Rio Doce, ou seja, para sanar problemas que já existiam antes do desastre causado pelo rompimento da barragem.

As comunidades ribeirinhas, em especial, as indígenas, com destaque para o povo Klenak, não estão tendo voz e tampouco vez na aplicação dos recursos.

Ocorre que o Povo Klenak, que se encontra sediado no município de Resplendor, a 406 km de Mariana/MG, tem forte ligação com o Rio Doce, que na língua indígena é chamado de "Uatu" (Grande pai).

O Rio Doce, antes piscoso, hoje já não possui peixes. Há 1 (um) ano, desde o desastre ambiental, os índios da região não comem peixe, principal item de sua alimentação. Eles estão impedidos de relacionar-se com o rio, afetando, por consequência, a segurança alimentar e a saúde dos indígenas. Até mesmo a caça rareou, vez que os animais já não bebem mais a água dos rios que formam a bacia do Rio Doce.

A saúde dos indígenas, que já era precária, piorou. O consumo da água poluída do rio trouxe problemas de doenças digestivas, respiratória e de pele. O risco de epidemia, aumentou substancialmente com a proliferação de mosquitos que, hoje, em razão da desestruturação da cadeia alimentar, causada pelo desequilíbrio ambiental, não possui mais predadores naturais.

Além do aspecto da saúde, subsiste o grave problema nas questões psicossociais, vez que os índios sempre tiveram uma forte relação cultural com o rio. Nele realizam seus rituais sagrados e suas festas. A morte do rio traz consigo a morte da cultura indígena. Um ciclo de conhecimento cultural e religioso foi abruptamente interrompido, causando abalos psicológicos na comunidade, que vê o risco de não transferir aos descendentes suas tradições.

Enfim, as multas aplicadas e os acordos feitos pela Samarco não podem ser destinados apenas às cidades, é necessário que os recursos também sejam dirigidos ao atendimento das comunidades ribeirinhas, em especial, os povos indígenas.

É preciso investir na saúde, na limpeza e recuperação dos rios e, sobretudo, em políticas públicas de apoio psicossocial aos índios, de modo que suas tradições culturais e religiosas sejam preservadas. O que está em jogo é um bem imaterial que, se perdido, não há como recuperar.

Em razão do exposto, solicitamos aos nobres parlamentares apoio à aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, 09 de novembro de 2016

Deputado **Valtenir Pereira**
(PMDB/MT)

Deputado **Newton Cardoso Jr.**

(PMDB/MG)